

# À ESPERA DE DIRETAS PARA REITOR

Que se pode dizer de uma eleição em que 98% dos interessados diretos são excluídos da votação, o colégio eleitoral é alterado do primeiro para o segundo turno (reduzindo-se a 1/5 dos menos de 2% que compunham o eleitorado inicial, ou seja, 0,4%!) e, finalmente, é decidida por uma única pessoa que deve escolher entre três nomes?

Estamos falando do processo de escolha do Reitor da USP, a maior universidade brasileira, e dele só se pode afirmar que fere os elementos básicos da democracia. Sua ilegitimidade é patente. Também no tocante às candidaturas trata-se de processo marcado pela exclusão, pois só possuem tal direito os professores titulares — não mais do que 10% do corpo docente.

A gestão Marcovitch termina em novembro de 2001. Esta edição, portanto, começa a circular às vésperas de novo processo sucessório na Reitoria, ao mesmo tempo em que os “reitoráveis”, todos eles ocupantes de cargos importantes, movimentam-se em busca de votos.

A influência da comunidade no processo será remota, enquanto vigorar este sistema. Somente as eleições diretas para Reitor — recomendadas pelo 4º Congresso da USP — poderão colocar em xeque a dominação exercida pela oligarquia que detém o poder nos *campi*.

Dedicamos três matérias à sucessão na Reitoria. A primeira recolhe depoimentos de destacados professores sobre os diferentes desafios a serem enfrentados pela próxima gestão, ou (dizendo de outra forma) sobre os dilemas que a USP terá de superar nos próximos anos.

A segunda é um artigo de Francisco Miraglia que recupera a história das sucessões nos últimos 20 anos. A terceira procura traçar um balanço, tão amplo quanto possível, das realizações e omissões do Reitorado em vias de concluir-se.

☆☆☆

Quando fechávamos esta edição, obtivemos acesso aos dados financeiros oficiais da Fundação Instituto de Administração (FIA) relativos ao ano de 2000. Esses números confirmam a percepção de que um ínfimo percentual das receitas das fundações privadas vem sendo repassado à USP, o que desmente a idéia de que tais entidades “apóiam” as atividades universitárias.

De fato, da receita de R\$ 50,3 milhões a parte que coube ao “sistema DA/FEA/USP” foi de R\$ 2,3 milhões. Vale dizer, somente 4,5% de tudo que a FIA arrecadou no ano. E pouco mais de um terço do superávit de R\$ 6,5 milhões.

O dossiê sobre as fundações privadas tem continuidade nesta edição, com reportagens sobre as entidades que atuam junto à Escola Politécnica, à Escola de Comunicações e Artes e à Faculdade de Economia, e uma entrevista com o promotor público Paulo Palma, curador das fundações da Capital.

Note-se que os problemas relacionados à ação das fundações privadas não se cingem ao baixo valor dos repasses à USP, nem ao fato de que as verbas públicas constituem a parte substantiva das receitas fundacionais. Estendem-se à vida acadêmica, podendo afetar o exercício da docência e o relacionamento entre órgãos da universidade, por exemplo. Um dos temas tratados, ademais, é o conflito de interesses que, como demonstramos, está presente em larga escala nos escalões dirigentes da USP.

☆☆☆

Homenageamos a memória de Milton Santos, publicando texto de sua discípula e amiga Maria Adélia Aparecida de Souza. Trazemos ainda artigo de Sérgio Henrique Ferreira sobre os investimentos em ciência e tecnologia, especialmente escrito para esta publicação.

☆☆☆

Por motivos de natureza pessoal, o professor Renato Queiroz pediu seu desligamento da Comissão Editorial da *Revista Adusp*. Agradecemos ao professor a colaboração prestada desde 1999.

*O Editor*